

GENIUS LOCI VS MODO NOSTRO: A INFLUÊNCIA DO ESPÍRITO DO LUGAR NA FUNDAÇÃO DOS COLÉGIOS JESUÍTAS DA PROVÍNCIA LUSITANA. O CASO DO COLÉGIO DE PORTALEGRE¹

INÊS GATO DE PINHO*

Resumo: As implantações e construções religiosas combinam factores espirituais com factores físicos, assumindo diferentes formas consoante o espírito do lugar. Se os templos isoladamente constituem uma implantação relativamente simples, as casas dos regulares assumem outra complexidade. No caso da Companhia de Jesus, instituição religiosa de Contra-Reforma que criou novos programas e tipologias arquitectónicas, a complexidade é acrescida. Concebido para responder ao programa arquitectónico específico da Companhia de Jesus, o colégio jesuíta é uma referência nas cidades. No entanto, nem sempre a sua implantação foi imediata ou pacífica. Pretende-se com esta comunicação entender as motivações específicas dos inicianos e a forma como o *genius loci* influenciou a sua fixação, apresentando para isso o caso do colégio de Portalegre.

Palavras-chave: Companhia de Jesus; *Modo Nostro*; *Genius Loci*; Colégio de Portalegre.

Abstract: Deployments of religious buildings combine spiritual factors with physical, assuming different forms depending on *Genius Loci*. If the temples alone constitute a relatively simple deployment, the homes of religious congregations take another complexity. In the case of the Society of Jesus, religious institution of the Counter-Reformation that created new programs and architectural typologies, complexity is increased. Designed to meet the specific architectural program of the Society of Jesus, the Jesuit college is a landmark in cities. However, not always its implementation was immediate and peaceful. The aim of this communication is to understand the specific motivations of the jesuits and how the *Genius loci* influenced his fixation, presenting the case of the college of Portalegre.

Keywords: Society of Jesus; *Modo Nostro*; *Genius Loci*; Portalegre college.

¹ Este texto insere-se no âmbito do nosso doutoramento, intitulado *Modo Nostro: A especificidade da Arquitectura dos colégios da Companhia de Jesus na Província Portuguesa. Os séculos XVII e XVIII* (SFRH/BD/110211/2015), desenvolvidos no Civil Engineering Research and Innovation for Sustainability do Instituto Superior Técnico – Universidade de Lisboa, e apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia com financiamento participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Educação e da Ciência.

* CERIS /IST-UL. inesgatodepinho@tecnico.ulisboa.pt.

As residências do clero regular, impulsionadas pelo povo, nobreza ou clero, reflectem a forma de estar, a regra e a conduta dos seus utilizadores. Até à Contra-Reforma as diferentes ordens religiosas seguiam princípios que se reflectiam em tipologias arquitectónicas semelhantes. Com a fundação de uma nova organização religiosa, a Companhia de Jesus (CJ), as formas tornaram-se mais complexas.

Fundado por Inácio de Loyola em 1540, o novo instituto tinha como objectivo a evangelização e procurava distanciar-se da conduta das ordens religiosas anteriores à Reforma Católica. No entanto, o sucesso que em poucos anos alcançou na formação dos jovens laicos, fez que ganhasse tanta notoriedade neste âmbito como na evangelização, sendo requisitada para diferentes territórios. A especificidade da sua conduta, que acumulava a acção apostólica com o ensino, exigiu a criação de novos programas arquitectónicos, originando variações nas tipologias religiosas. Fundaram casas professoras, noviciados, missões, quintas e colégios. O colégio representa o programa funcional mais inovador, não apenas por se destacar em quantidade das restantes tipologias, mas acima de tudo pela complexidade do programa e pelas soluções arquitectónicas apresentadas.

Os projectistas dos colégios desenhavam-nos tendo por base o *modo nostro* jesuíta. O *modo nostro* não era nenhum tipo de tratado de arquitectura ou construção. Representava uma forma jesuíta de viver e habitar um edifício, transmitida nas Constituições da CJ. Não sendo uma regra, lançava as directrizes que influenciavam directa ou indirectamente a forma dos edifícios inacianos.

A transposição destas directrizes para o edifício e para a sua implantação está intimamente ligada ao *Genius Loci*. Ainda que os terrenos onde se implantavam fossem doados, os factores físicos influenciavam a sua aceitação e também o projecto, sobrepondo-se às convenções formais dos edifícios destinados a regulares.

Esta relação que acreditamos existir entre o *modo nostro* jesuíta e a importância do *Genius Loci* na escolha do local de implantação dos seus edifícios, está patente na história da fundação do colégio de Portalegre. Solicitada à CJ logo nos primeiros anos do instituto, só assume a sua implantação definitiva mais de um século depois, tamanhas são as preocupações com as características do lugar.

O primeiro impulsionador da fixação da CJ no Alto Alentejo foi D. Julião de Alva, bispo de Portalegre. Na sua carta datada de 15 de Janeiro de 1553 dirigida a Inácio de Loyola, demonstra o seu apoio ao projecto educativo da congregação:

(...) *tenho eu para mim que, assim como a instituição desta Companhia parece ter sido inspirada pelo Espirito Santo, (...), o foi também este novo modo de colégios que se ordenam agora, para educar desde os primeiros anos a juventude em sã doutrina (...)*².

² *Epist. Mixae*, III, 64-66. Lisboa, 15 de Janeiro de 1553. Carta transcrita e traduzida do castelhano por Francisco Rodrigues (1931: 619).

A 14 de Março de 1560 o padre provincial Torres³ dirige uma epistola ao segundo Padre Geral, Diego Lainez. Nesta, refere os esforços que o bispo tem feito para que seja fundado o colégio:

*Muchos años há que el obispo de Portalegre deseava um Collegio dela Compañia em su obispado, mas nunca se despuso a hazerlo nostro modo, agora le dan outro obispado, y quiere dexar alli algunos lectores y confesores à su costa; hablome muchas vezes e nesto com mucha instancia (...)*⁴.

1560 marca o fim do bispado de D. Julião de Alva em Portalegre e a sua passagem para Miranda do Douro. Antes, decide doar aos inacianos um «sitio com um aposento que mandará conçertar» para que se instalem, juntamente com «cên mil maravedis de juro alquitar y algunos moyos de trigo perpetuos; y cien ducados em su vida del mesmo obispo (...)⁵. Com preocupações específicas no que se refere à arquitectura das casas inacianas, Torres refere que o bispo «nunca se despuso a hazerlo nostro modo». Esta expressão demonstra rigor na escolha do local para a fundação, mas, acima de tudo que os jesuítas se regiam por critérios específicos que os afastavam do restante universo católico, seguindo o *modo nostro* referido nas Constituições. Este *modo* de estar dos inacianos, previa naturalmente as suas rotinas espirituais e culturais, salvaguardando também questões de ordem física, referidas pelo fundador. Crente que, para exercer correctamente as suas funções, os quadros da CJ deveriam viver comodamente e sem estar sujeitos a condições que favorecessem doenças e os debilitassem, Inácio expressa nos documentos oficiais do instituto a necessidade de se respeitarem critérios fundamentais como a salubridade e a higiene. Torres demonstra empenho em cumprir estas directivas, expondo ao padre geral as dificuldades na escolha do local, remetendo para a análise efectuada pelo Padre Cornelius:

*Quanto al Collegio y sitio del; esta em la peor parte que puede ser, assim por ser mal sano, como por estar tan descubierta de todas las três partes, que no tiene esto ninguna defension y dentro em las çeldas (que son muy pequenas e melanconicas) nos pueden ver. Ni ay cosa em todo el delas que nos son mas necessárias y nos tenemos de servir mas, que no se vea de fuera, (...). Está la varanda em frente del norte y las puertas de las çeldas em la varanda, de modo que como es rezio no se sufre. Tiene por em redor de si muchos hornos de loça y ladrillos que quando cozen entra el fumo em casa (...). La tierra es la mas mal pueyda y carça que tengo visto. Quanto à las celdas no son cosa y tienê fenestras por ventanas y parasobre el tejado, por lo que ayuda mucho; de dia em algunas dellas se usa de candiles. (...) A ningua persona tenemos perguntado por este sitio que no nos afirmasse ser muy mal sano, hasta el mismo medico que aqui cura*⁶.

³ Conforme índices finais apresentados por António Franco (1726), em que o Padre Michael Turrianus é identificado como provincial.

⁴ ARSI – Lus. 60, fl. 191 e 192.

⁵ *Idem*.

⁶ ARSI – Lus. 60, fl. 246.

O redactor refere claramente a insalubridade do lugar, afirmando que todos o consideram «muy mal sano». Reforça que o edifício está demasiado exposto, «sem defension» (apelando à importância defensiva em zonas de fronteira) e sem privacidade. Apesar da CJ ser um instituto de apoio à comunidade laica e com uma proximidade maior a esta que a generalidade das ordens religiosas pré-reforma católica, os seus habitantes necessitariam de privacidade, especialmente na zona dos dormitórios; segundo Cornelius, os cubículos⁷ estão expostos aos transeuntes. Para além disso, são pequenos e mal iluminados, carecendo de iluminação artificial durante o dia. A vizinhança de uma zona industrial — «muchos hornos de loça y ladrillos» — torna-os ainda mais desconfortáveis porque ficam cheios de fumo quando os primeiros estão em laboração.

Já no início do século XVII, um novo bispo, D. Diogo Correia, reacende o interesse em fixar a CJ em Portalegre. Em 1604, este solicita dois missionários da CJ para pregar no bispado⁸. Durante nove meses percorreram a cidade, estendendo a sua missão à diocese. Em agradecimento, D. Diogo e o Cabido entregaram-lhes a ermida de S. Brás e a igreja de Santa Maria a Grande⁹, junto da qual se fixaram em casas alugadas.

O documento que consultámos no Arquivo Distrital de Portalegre (ADP), intitulado «Tombo dos bens do colégio de Santa Maria a Grande da Companhia de Jesus da Cidade de Portalegre»¹⁰ atesta-nos que em 1647 os inicianos possuíam alguns bens na cidade e já haviam fundado o colégio. O documento, composto pelo traslado dos bens da CJ de Portalegre, mostra-nos ainda algo que não é referido por Francisco Rodrigues: que nesta época o colégio não tinha a invocação de S. Sebastião, mas sim de Santa Maria a Grande e que não se situava no local onde actualmente está implantado o colégio jesuíta de Portalegre.

Onde se situaria então o colégio? Conforme vimos anteriormente, D. Diogo de Correia havia doado à Companhia de Jesus o templo de Santa Maria a Grande. Situada intramuros, junto à porta de Alegrete, localizava-se na zona nobre da urbe.

⁷ Na documentação manuscrita em português, os redactores da CJ referem-se às celas como cubículos.

⁸ RODRIGUES, 1938: 119-120.

⁹ Rodrigues não refere a origem dessa informação. No entanto, encontramos um documento no Arquivo Distrital de Portalegre que atesta esta afirmação. No «Tombo dos bens do colégio de Santa Maria a Grande da Companhia de Jesus da Cidade de Portalegre» refere-se a existência de «hum alvara passado em nome do Bispo Dom Diogo Correa (...), feito em dezoito dias do mez de Fevereiro de Mil e Seiscentos e Sinco annos de que constava dar lhe o ditto Bispo todo o direito que tinha na hermda de Sancta Maria a grande, (...) em dezouto de Fevereiro do anno de Mil e Seiscentos e Sinco.». Quanto à ermida declara-se «que a hermda de S. Bras desta Cidade pertencia ao dito collegio por doaçõens que della fizerão o Senhor Bispo D. Diogo Correa e o Reverendo Cabbido». Tombo dos bens do colégio de Santa Maria a Grande da Companhia de Jesus da Cidade de Portalegre». ADP, CVSAGPTG, Cx. 03, liv.02.

¹⁰ ADP – CVSAGPTG, Cx. 03, liv.02.



Fig. 1.
Localização do colégio de Santa Maria a Grande (a laranja).
Cartografia cedida pela CMP.

Comparando a localização do colégio de Portalegre com outras implantações jesuítas da província lusitana, encontramos características comuns que acreditamos terem sido procuradas intencionalmente para a implantação deste tipo de estabelecimento.

No que se refere à geografia física, situava-se num dos pontos mais altos da cidade (beneficiando de vista sobre o território), numa excelente localização em relação aos ventos (importante auxiliar na salubridade, na medida em que ajudava na ventilação e na eliminação de cheiros provenientes da falta de saneamento do aglomerado urbano), com uma exposição solar confortável (no quadrante sudeste da *urbe* primitiva, ainda que ensombrado pelo pano de muralha) e com abastecimento de água (não apurámos onde se abasteciam até ao ano de 1642, mas a cinco de Setembro desse ano é-lhes concedida uma provisão régia ordenando que «se desse aos padres do Collegio do cano que vem a esta cidade, hua penna de Agoa assim come se tinha dado aos Mosteiros de S. Francisco e de Santa Clara»¹¹.

Relativamente à geografia humana, situava-se no centro nevrálgico da cidade (junto das sedes do poder religioso e administrativo), protegido de possíveis invasões inimigas, numa zona alta (marcando a posição de destaque da CJ) e junto às duas casas religiosas mais antigas da cidade – convento de Santa Clara e convento de S. Francisco – rivalizando com estas em protagonismo (factor importante se

¹¹ ADP – CVSAGPTG, Cx. 03, liv.02.

pensarmos que são os crentes que alimentam, quer espiritualmente quer através de doações, estas instituições)¹².

A análise dos bens do colégio¹³ revela-nos um pouco do que seria o edifício: situado intra-muros, resultado da aglutinação da igreja com a adaptação ao edificado civil pré-existente, com um crescimento resultante da sucessiva aquisição de propriedades adossadas, primeiro à igreja, e depois ao aglomerado de casas adaptadas a que já denominavam colégio.

O facto de o edifício estar localizado intramuros trazia claras desvantagens à expansão do complexo. O espaço para o culto estava garantido, a zona residencial da comunidade também (ainda que de forma algo precária), mas não havia espaço para a produção agrícola ou para a pecuária. Para além disso, tratando-se de um colégio seria manifestamente complicado gerir a permanência de laicos na zona privada da comunidade. Não seria caso isolado. Veja-se por exemplo o caso do Colégio de Faro que, projectado inicialmente como casa professa, teve que adaptar o seu piso térreo a salas de aula para ensino da juventude laica¹⁴. No entanto, o modelo colegial que se estendeu por todas as assistências da CJ garantia uma separação clara entre funções cultuais, residenciais e escolares. A leitura dos projectos dos colégios inicianos mostra-nos que, na maioria das vezes em que o edifício é programado de raiz como colégio, sem adaptações a pré-existências, existe uma organização formal tripartida composta normalmente por igreja, área da comunidade e área dos estudos. Os dois últimos núcleos são usualmente organizados em torno de pátios não forçosamente regulares, mas que funcionavam como zonas de distribuição dos espaços relacionados com cada tipo de público.

Dada a complexidade funcional do edifício e a área necessária para cumprir correctamente o programa jesuíta, é natural que a implantação do colégio se tenha tornado exígua. Não conseguimos localizar documentos onde se apresente uma justificação clara para o abandono desta fundação, mas parece-nos viável especular que o colégio estava já estagnado e não conseguia ter espaços adequados para as funções a que se propunha responder, trocando-se o local de implantação intramuros pelo Sítio da Corredoura, situado extramuros. Apesar de ser uma zona mais baixa que a anterior, era igualmente alta e visível de todos os pontos do território envolvente.

¹² A rivalidade entre o Convento de S. Francisco e o Colégio de Santa Maria de Portalegre está particularmente bem ilustrada num episódio relatado na carta do Padre Francisco Machado ao Padre André Alvares, de 28 de Janeiro de 1610, e transcrita por Francisco Rodrigues em 1938 na página 123 da obra citada.

¹³ ADP – CVSAGPTG, Cx. 03, liv.02.

¹⁴ GATO DE PINHO, 2015: 285-303.

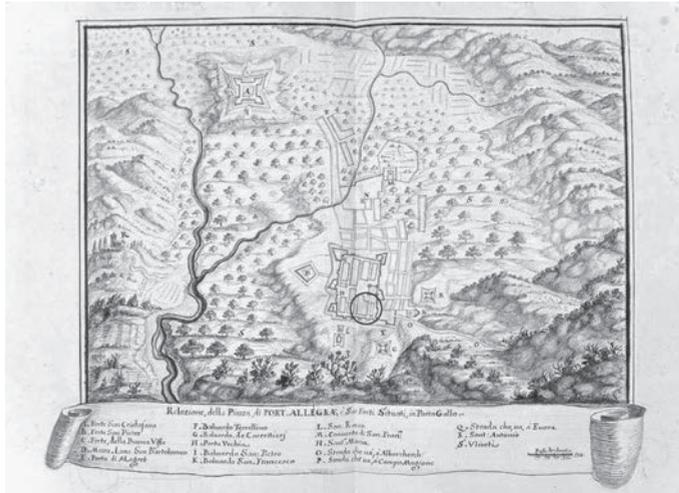


Fig. 2.
Localização do colégio (assinalado pela letra “N”) sobre a planta de 1687 *Relazione, della Piazza, di PORT.ALLEGRAE, i sue Forti Situati, in Porto Gallo.* Museo Galileo, Florença.

O ano de 1678 é a charneira para esta grande mudança. Em 6 de Maio o reitor do colégio de Portalegre solicita ao padre geral a venda de bens para “adiantar” o colégio:

Padre Geral / Tem este Collegio de Portalegre algumas moradas de cazas e outras fazendinhas, as quais o Padre Provincial, os Consultores da Provincia, eu, e os Consultores deste Collegio julgão, que he necessário vendelas, pelas razões, que Vossa Reverência verá apontadas nesses papeis; e ainda que há muitos anos se lida com isto, nunca se pos com execução. Agora porem vendo eu o pouco que vai por deante este Collegio, com zelo de o adiantar e de comprar com o procedido das ditas propriedades algumas outras, ou juros, que seja de maior utilidade para o Collegio me resolvi a tratar com eficácia este negoceo por entender que será de grande proveito pera o Collegio.¹⁵

No mesmo ano, em data indeterminada, Mateus do Couto (sobrinho) desenha o projecto para a igreja do colégio (Fig. 3). Esta informação chega-nos através Ayres de Carvalho, catalogador da Biblioteca Nacional de Portugal¹⁶. O autor sugere que terá sido o arquitecto a dar continuidade ao projecto do colégio, atribuindo-lhe a autoria de um conjunto de desenhos existentes na secção de Iconografia. O desenho D11R (Fig. 4) que representa uma planta geral do complexo, é claramente datado de 1678 e destinado à fundação inaciana do alto Alentejo: «Planta da Igreja do Collegio da Companhia de Jesus da Cidade de Portalegre 1678».

¹⁵ ARSI – FG 1540.014.

¹⁶ CARVALHO, 1977.

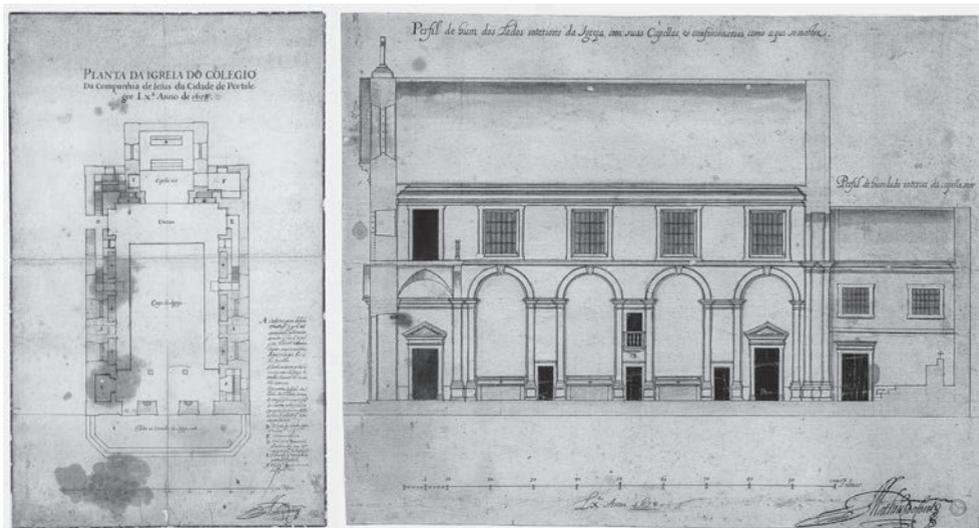


Fig. 3. Planta e corte da igreja do colégio de Portalegre. BNP, Portugal.

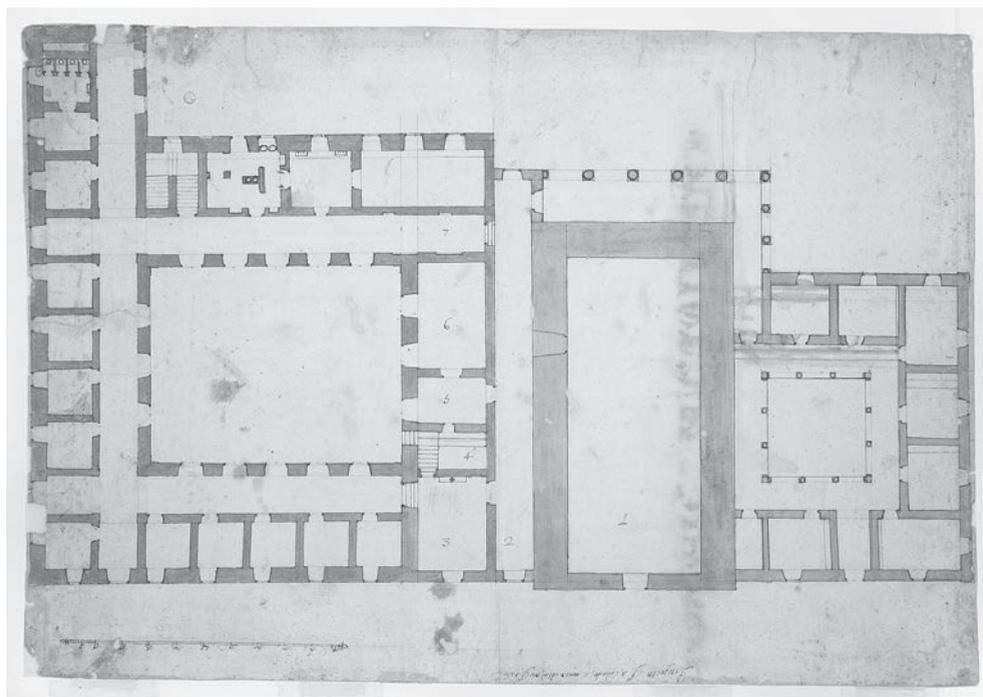


Fig. 4. Planta da Igreja do Collegio da Companhia de Jesus da Cidade de Portalegre 1678. BNP, Portugal.

O catalogador, apesar de muito rigoroso e descritivo no que se refere aos documentos analisados, omite algo de maior importância para a nossa investigação. No verso do desenho, existe uma informação fundamental redigida com a mesma grafia das informações patentes na frente: «Planta ultima deste collegio pela qual se deve/[con]tinuar»¹⁷. Esta frase demonstra uma intenção clara de fazer construir este projecto, em que o edifício reflecte a tripartição funcional patente noutros colégios da CJ. Demarca-se claramente a zona da comunidade da zona dos estudos e usa-se neste caso a igreja como elo de ligação. Note-se que a zona residencial tem uma dimensão maior que a zona escolar, reflectindo as necessidades do colégio. Esta situação provoca uma assimetria na fachada que não representava um problema para os jesuítas, reforçando a nossa convicção de que a função ditava a forma e não o contrário.

No mesmo ano de 1678 é lançada a primeira pedra da igreja. O padre Franco relata a cerimónia de lançamento, que ocorreu a 8 de Maio desse ano e foi presidida pelo padre reitor Miguel Dias¹⁸. O autor acrescenta que o colégio tinha finalmente ultrapassado as dificuldades económicas, o que lhe permitia agora a expansão. Segundo ele o reitor, motivado também pela ruína do telhado da igreja velha, decide construir novo templo. A questão que se coloca e que não é clara em nenhum dos documentos encontrados é “onde”?

Naturalmente que hoje sabemos que é no chamado Sítio da Corredoura, mas porquê a escolha deste local? Vários autores referem que a implantação terá sido realizada no sítio da ermida de S. Sebastião e que o colégio terá essa invocação em memória do antigo templo. Certo é que a dita ermida havia sido doada aos jesuítas em 1635 pelo bispo João Mendes de Távora, constando no auto de inventário de bens do colégio¹⁹. Infelizmente o documento não nos permite entender onde se localizava a ermida nem as suas dimensões.

O novo sítio escolhido para a implantação, reúne todas as características necessárias para cumprir os princípios de salubridade e higiene enunciados por Santo Inácio. Ainda que não localizado no ponto mais alto de Portalegre, continua a ser um local elevado, ventilado, com boa exposição solar e com recursos hídricos disponíveis. Para além disso, apesar de mais afastado da zona administrativa e fora da linha de muralhas, tem a vantagem de se libertar do tecido urbano consolidado

¹⁷ Falta parte da palavra porque aparentemente e de acordo com testemunho das arquivistas da BNP, o desenho foi aparado.

¹⁸ FRANCO, 1726: 364.

¹⁹ “(...) a hermidia de S. Sebastião desta cidade pertencia também a este colégio de Santa Maria a grande, por hua doação que della lhe fizera o senhor Bispo Joanne Mendez de Tavora (...) aos onze dias do mez de Junho de Seis sentos e trinta e cinco annos”. ADP – CVSAGPTG, Cx. 03, liv.02, fl. 35v a 36.

que o limitava e poder finalmente expandir o complexo, de acordo com o *modo nostro* jesuíta.

Ao que tudo indica as obras avançaram lentamente. As construções iniciais estavam sujeitas à apreciação dos superiores da CJ. Os projectos dos edifícios seriam obrigatoriamente enviados em duplicado à casa generalícia em Roma, onde seriam avaliados pelo revisor romano (um padre com formação em arquitectura ou matemática) e teriam a aprovação do padre geral. A comunicação entre o reitor do colégio e Roma foi, no caso de Portalegre, feita através do padre visitador e vice-provincial João Pereira, que em Janeiro de 1711 visita o edifício, anotando as seguintes directivas:

Necessita muito o Collegio se continue o edificio, pois faltão cubiculos pera algum hospede que vem de novo, e pera o Provincial e Companheiros, que vem em vizita; E assim ordeno que o Padre Reytor prepare logo os matreaes pera esta obra pera que à seu tempo se comesse o corredor, que vem da portaria nova para a portaria que agora serve: e o edificio se faça conforme a planta antiga que he a que serve para o citio em que estámos, a qual está aprovada pellos superiores mayores²⁰.

Apesar do visitador referir a existência de uma «planta antiga» aprovada pelos «superiores mayores», a validação do projecto definitivo para Portalegre parece não ter sido pacífica. Em Novembro do mesmo ano o padre visitador envia uma missiva ao padre reitor Francisco da Silva informando-o que «o Padre Geral pede a planta do edificio que se ha de principiar», ordenando-lhe que lha «mande para lha remetter; por que não quer se comesse a obra sem vir de lá confirmada a planta»²¹. Uma nova missiva datada de Abril de 1713, dirigida ao reitor pelo visitador Francisco Salgueiro, atesta que entre as duas cartas não foram feitas obras significativas no colégio, devido a razões puramente administrativas: «Bem era que principiassem essas obras, porem como a planta dellas foi a Roma, e ainda não veyo, esperamos a rezolucção, que (...) de lá nos mandão»²².

Sabemos que em 1719 as obras já haviam recomeçado, uma vez que António Franco refere a queda de uns arcos na construção do colégio²³. A leitura das informações paroquiais de 1758 revela que o terramoto de 1755 em nada afectou o avanço das obras do edificio. Certo é que à data da extinção da CJ (1759), o edificio ainda não estava totalmente construído, conforme se atesta pela análise do projecto de instalação no extinto colégio da fábrica de lanifícios de Portalegre.

²⁰ ANTT – Cartório dos Jesuítas, mç. 76, doc.7.

²¹ *Idem*.

²² *Idem*.

²³ FRANCO, 1726: 462.

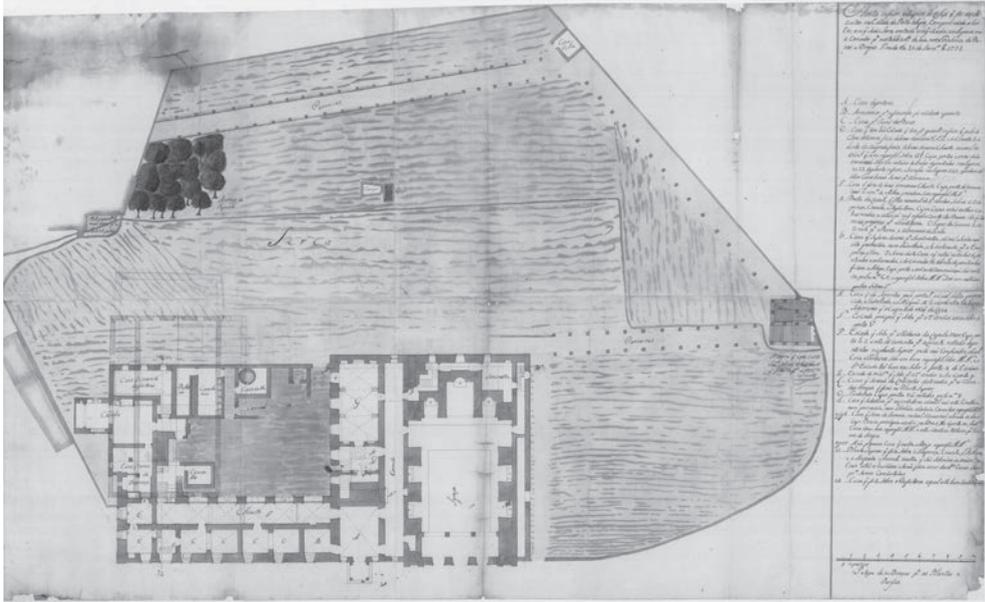


Fig. 5. Planta inferior e superior do colejo que foi dos Jazuitas na cidade de Porto-Alegre, compriendida a cerca; em que se declara o estado em que se acha; e os lugares mais comodos para o estabelecimento de hua nova Fabrica de Panos, e Drogas. ANTT, Portugal.

CONCLUSÃO

A fixação da CJ em Portalegre foi morosa e complexa dada a especificidade e exigência do programa a implementar e a adequação ao *Genius Loci*. Podemos dividir a história da sua implantação em três grandes momentos. O primeiro, motivado por razões de ordem prática, está alicerçado na vontade extrema que o bispo de Portalegre demonstrava em ter um colégio na sua cidade. Foram repetidos os esforços de doação de um terreno à CJ; no entanto, a preocupação com as características do lugar e o respeito pelo *modo nostro* jesuíta, que traduzia as directivas do fundador Inácio de Loyola, sobrepôs-se a qualquer oferta feita pelo episcopado. A gestão do processo foi feita de forma inteligente para que não fosse encarada como desrespeitosa ou ingrata, mas houve uma sucessiva rejeição das propostas dos diferentes bispos, alegando as características impróprias do lugar.

O segundo momento, decorrente do anterior, representa já uma implantação efectiva, com a fixação junto a Santa Maria a Grande. Muitos foram os casos em que os jesuítas se viram forçados a adaptar a pré-existências, mas poucos os que os satisfizeram. Neste caso é doada uma igreja e os sucessivos reitores empreendem uma demanda na compra e adaptação de edifícios civis, vivendo os utilizadores de forma precária. A dificuldade em cumprir o programa do então fundado colégio de

Santa Maria a Grande, pela complexidade da adaptação do programa à exiguidade do território, levou à busca de um novo local para a implantação, em que o *modo nostro* se articulasse na perfeição com o espírito do lugar.

Este terceiro momento, intimamente relacionado com o *Genius Loci* e com um conhecimento íntimo das características do lugar, permitiu aos jesuítas implantarem com sucesso um novo estabelecimento escolar: o colégio de S. Sebastião. Baseado num projecto desenhado para responder às exigências do *modo nostro* jesuíta e que respeitou o espírito do lugar, o novo instituto transformou o Sítio da Corredoura, extramuros e marginal, num espaço sagrado de referência na cidade.

FONTES PRIMÁRIAS

Archivum Historicum Societatis Iesu

FG1540.014

Lus.60

Arquivo Distrital de Portalegre

CVSAGPTG, Cx.03, liv.02

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Cartório dos Jesuítas, maço 76, doc. 7

Real Fábrica das Sedas, maço 1

Biblioteca Nacional de Portugal

Secção de Iconografia, D11R, D119V, D167V

Câmara Municipal de Portalegre

Cartografia de Portalegre em suporte CAD

Museo Galileo

Piante d'Estremadura e di Catalogna, MED G.F044

FONTES SECUNDÁRIAS

CARVALHO, Ayres de (1977) – *Catálogo da colecção de desenhos*. Lisboa: BNP.

FRANCO, António (1726) – *Synopsis Annalium Societatis Iesu*.

PINHO, Inês (2015) – *O contributo do espólio do GEAEM para a compreensão dos edifícios jesuítas portugueses*. “Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica: 4 a 7 de Novembro de 2015”, p. 285-303. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/14284.pdf> [Consulta realizada em 30/07/2016].

RODRIGUES, Francisco (1931) – *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Tomo 1, volume II. Porto: Apostolado da Imprensa.

— (1938) – *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Tomo 2, volume I. Porto: Apostolado da Imprensa.